

Sumário

Nota prévia à 19. ^a edição	9
Nota prévia à 18. ^a edição	11
Nota prévia à 17. ^a edição	13
Nota prévia à 16. ^a edição	15
Nota prévia à 15. ^a edição	17
Nota prévia à 14. ^a edição	19
Nota prévia à 13. ^a edição	21
Nota prévia à 12. ^a edição	23
Nota prévia à 11. ^a edição	25
Nota prévia à 10. ^a edição	27
Nota prévia à 9. ^a edição	31
Nota prévia à 8. ^a edição	33
Nota prévia à 7. ^a edição	35
Nota prévia à 6. ^a edição	37
Lista de abreviaturas	39

Título I – Função executiva em geral

1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO	107
§ 1.º Classificação das Ações	107
1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição.....	107
2. Limites políticos e práticos da função executiva	113
2.1. Critérios classificatórios da ação.....	114
2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação.....	116
3. Eficácias da sentença e satisfação.....	117
3.1. Eficácia declaratória	119

3.2. Eficácia constitutiva	122
3.3. Eficácia condenatória	123
3.4. Eficácia mandamental	129
3.5. Eficácia executiva	132
§ 2º Do Ato Executivo	135
4. Natureza do ato executivo	135
5. Classificação dos atos executivos	138
6. Cumprimento do ato executivo	139
6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo	140
6.2. Requisição da força pública	142
7. Documentação do ato executivo	144
§ 3.º Princípios da Função Executiva	145
8. Princípios fundamentais da execução	145
9. Princípio da autonomia	147
10. Princípio do título	149
11. Princípio da responsabilidade patrimonial	151
12. Princípio do resultado	152
13. Princípio da disponibilidade	153
13.1. Conceito e natureza da desistência	154
13.2. Espécies de desistência	155
13.3. Requisitos da desistência da execução	155
13.3.1. Requisitos formais da desistência	155
13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência	156
13.3.3. Requisitos temporais da desistência	157
13.4. Efeitos da desistência da execução	157
14. Princípio da adequação	160
§ 4º Processo de Execução e Execução Incidental	161
15. Execução autônoma	161
15.1. Precisão terminológica	161
15.2. “Condições” da ação executória	162
16. Natureza da função jurisdicional executiva	165
17. Execução incidente	168

17.1. Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados.....	172
17.2. Execução do efeito executivo mediato antecipado.....	176
17.2.1. Processamento da execução	176
17.2.2. Execução e o devido processo	177
17.2.3. Natureza provisória da execução	179
17.2.4. Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos	180
17.2.5. Execução das prestações de dar	182
17.2.6. Execução das prestações faciendi	183
17.2.7. Meios de reação do executado e de terceiros.....	184
18. Integração da disciplina executiva	185
2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA	189
§ 5.º Espécies de Execução	189
19. Ordem dos atos processuais na execução	189
§ 6.º Execução Indireta.....	195
20. Meios executórios de coerção.....	195
20.1. Coerção patrimonial.....	198
20.2. Coerção pessoal	201
§ 7.º Execução Direta	201
21. Meios executórios de sub-rogação	201
21.1. Meio do desapossamento.....	202
21.2. Meio da transformação.....	202
21.3. Meio da expropriação	203
21.3.1. Meio do desconto.....	203
21.3.2. Meio da adjudicação	204
21.3.3. Meio da alienação por iniciativa particular	204
21.3.4. Meio da alienação por leilão	205
21.3.5. Meio da apropriação	205
3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO	207
22. Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento.....	207

§ 8.º Título Executivo	211
23. Natureza do título executivo	211
24. Eficácia do título executivo	214
24.1. Posição do exequente	215
24.2. Posição do Estado	216
24.3. Posição do executado	216
25. Conteúdo do título executivo.....	217
25.1. Identificação das partes.....	217
25.2. Identificação do resultado.....	218
25.3. Limitação da responsabilidade.....	218
26. Caracteres do título executivo.....	218
26.1. Certeza do título	220
26.2. Liquidez do título	221
26.3. Exigibilidade do título.....	223
27. Forma do título executivo	223
§ 9.º Espécies de Títulos Executivos	227
28. Título executivo judicial.....	227
28.1. Decisão condenatória proferida no processo civil.....	229
28.2. Decisão homologatória de automposição judicial.....	235
28.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	238
28.4. Formal ou certidão de partilha.....	239
28.5. Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo	239
28.6. Sentença penal condenatória	241
28.7. Sentença arbitral.....	244
28.8. Sentença estrangeira homologada	246
28.9. Decisão estrangeira passado exequatur	247
29. Título executivo extrajudicial	248
29.1. Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque	248
29.1.1. Letra de câmbio.....	249
29.1.2. Nota promissória.....	249
29.1.3. Duplicata	250
29.1.4. Cheque.....	253
29.1.5. Debênture.....	255

29.2. Escritura pública ou instrumento público	255
29.3. Instrumento particular	257
29.4. Transação referendada	260
29.5. Contratos de caução	261
29.6. Contrato de seguro de vida	262
29.7. Foro e laudêmio.....	263
29.8. Aluguel de imóvel e encargos	263
29.9. Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública	265
29.10. Contribuições condominiais	266
29.11. Certidão da serventia notarial e registral.....	266
29.12. Títulos previstos em leis extravagantes	267
30. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	271
31. Protesto do título executivo judicial	272
31.1. Natureza e finalidade do protesto do título judicial.....	273
31.2. Momento e requisitos do protesto do título judicial.....	273
31.3. Instrumento do protesto do título judicial	275
31.4. Cancelamento do protesto de título judicial	275
32. Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes	276
§ 10.º Inadimplemento	277
33. Fato constitutivo da demanda executória.....	277
34. Causas e efeitos do inadimplemento	279
34.1. Causa do inadimplemento	279
34.2. Efeitos do inadimplemento.....	280
34.2.1. Inadimplemento absoluto.....	280
34.2.2. Inadimplemento relativo.....	281
34.2.3. Inadimplemento antecipado	282
34.2.4. Adimplemento ruim	283
35. Momento e prova do inadimplemento na demanda executória.....	283
35.1. Prova do vencimento do termo (mora ex persona)	284
35.2. Prova da realização da condição	285
35.3. Prova do vencimento do prazo de espera	286
36. Inadimplemento das obrigações bilaterais	292
36.1. Controle da inicial.....	294

41. Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	322
41.1. Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	323
41.2. Registro da penhora nos direitos reais limitados	325
42. Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado	326
43. Classificação da impenhorabilidade.....	327
43.1. Impenhorabilidade material absoluta.....	328
43.2. Impenhorabilidade material relativa.....	330
43.2.1. Regime da comunhão parcial.....	331
43.2.2. Regime da comunhão universal.....	332
43.2.3. Regime da separação total	333
43.2.4. Regime dotal.....	333
43.2.5. Regime de participação final nos aquestos	333
43.3. Impenhorabilidade processual absoluta	334
43.4. Impenhorabilidade processual relativa.....	334
44. Princípios da impenhorabilidade.....	335
44.1. Tipicidade da impenhorabilidade	335
44.2. Disponibilidade da impenhorabilidade	337
45. Bens de penhorabilidade controvertida.....	339
45.1. Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos.....	339
45.2. Penhorabilidade das quotas sociais.....	340
45.3. Penhorabilidade do telefone	342
45.4. Penhorabilidade das próteses	343
45.5. Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens	344
45.5.1. Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias	344
45.5.2. Penhorabilidade das missivas	344
45.5.3. Penhorabilidade dos jazigos.....	344
45.5.4. Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso.....	345
<i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta</i>	346
46. Natureza e finalidade do benefício de competência	346
47. Limites positivos do benefício de competência	347

47.1. Impenhorabilidade dos inalienáveis	347
47.2. Impenhorabilidade do seguro de vida	347
47.3. Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social	348
47.4. Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário	349
<i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa</i>	351
48. Limites positivos da impenhorabilidade relativa	351
48.1. Impenhorabilidade convencional	351
48.2. Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos	351
48.3. Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais	353
48.4. Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural	354
48.5. Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários ou úteis	359
48.6. Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em andamento	362
48.7. Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de poupança	362
48.8. Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobiliária	363
48.9. Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis	363
48.10. Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção	364
48.11. Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia	365
48.12. Impenhorabilidade relativa do bem de família	367
48.12.1. Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar	367
48.12.2. Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar	371
48.12.3. Objeto da impenhorabilidade da residência familiar	373
48.12.3.1. Impenhorabilidade do prédio	373
48.12.3.2. Impenhorabilidade do conteúdo	379
48.12.4. Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar	381

48.12.5. Exceções à impenhorabilidade da residência familiar	384
48.12.5.1. Crédito do financiador da residência	387
48.12.5.2. Crédito alimentar.....	387
48.12.5.3. Crédito tributário, preço público e despesas condominiais	388
48.12.5.4. Crédito hipotecário.....	389
48.12.5.5. Crédito resultante da sentença penal con- denatória	390
48.12.5.6. Crédito decorrente de fiança locatícia.....	390
<i>Subseção III – Invalidação da penhora</i>	391
49. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem	391
50. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade.....	393
§ 12.º Fraude na Execução	394
51. Conceito e natureza da fraude contra execução	394
52. Requisitos da fraude contra execução	399
52.1. Litispendência como elemento da fraude.....	399
52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude.....	403
53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo	404
53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória.	406
53.2. Registro da pendência da execução	407
53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial.....	408
53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insolvência	416
53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar	417
53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal.....	418
54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra exe- cução.....	420
55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução.....	422
§ 13.º Obrigações e Execução	423
56. Título executivo e obrigação	423
57. Classificação das obrigações na lei processual.....	424
57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas	428
57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas.....	428

57.3. Obrigações condicionais e a termo	430
57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis	431
§ 14.º Liquidação do Título Judicial	431
58. Conceito e natureza da liquidação	431
59. Causa da liquidação.....	434
59.1. Proibição da condenação genérica.....	435
59.2. Liquidez e espécies de obrigação	437
59.3. Casos de liquidação obrigatória.....	438
59.4. Liquidação e título extrajudicial.....	438
60. Liquidação e inexistência da obrigação	439
61. Pressupostos processuais na liquidação	440
62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação	442
63. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência.....	443
63.1. Coisa julgada resultante da liquidação	443
63.2. Correção do erro material.....	445
63.3. Renovação da liquidação	446
63.4. Sucumbência na liquidação	447
64. Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título.....	447
65. Liquidação e espécies de execução	448
66. Liquidação por cálculo	449
66.1. Natureza da liquidação por cálculo	450
66.2. Âmbito da liquidação por cálculo	454
66.3. Elementos da liquidação por cálculo.....	455
66.4. Requisitos da planilha na liquidação por cálculo	457
66.5. Recursos na liquidação por cálculo	459
67. Liquidação por arbitramento	461
68. Liquidação por artigos.....	463
69. Princípio da fidelidade ao título.....	465
§ 15.º Cumulação de Execuções	467
70. Natureza e efeitos da cumulação de execuções	467
71. Requisitos da cumulação inicial de execuções	469
71.1. Identidade de partes	469
71.2. Identidade de competência.....	470

71.3. Identidade de meios executórios	471
72. Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências.....	471
73. Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas.....	474
§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado.....	475
74. Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado	475
75. Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado.....	476
75.1. Cabimento do cumprimento voluntário	476
75.2. Legitimidade da parte e de terceiro.....	477
75.3. Momento do cumprimento voluntário	478
75.4. Pressupostos processuais e competência	478
75.5. Intimação e atitudes do credor.....	479
75.6. Efeitos do depósito.....	479
75.7. Resolução do incidente.....	479
§ 17.º Cumprimento Provisório	480
76. Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial.....	480
76.1. Caráter definitivo da execução de título extrajudicial	482
76.2. Particularidades da execução definitiva de título judicial.....	484
76.2.1. Execução definitiva do capítulo da sentença	484
76.2.2. Execução definitiva na pendência de rescisória.....	485
76.2.3. Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória.....	486
76.3. Particularidades da execução provisória de título judicial.....	489
77. Regime do cumprimento provisório do título judicial.....	492
77.1. Escolha do meio executório no cumprimento provisório.....	493
77.2. Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório	493
77.3. Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provisório	495
77.3.1. Particularidades da caução no cumprimento voluntário	496
77.3.2. Dispensa da caução no cumprimento voluntário.....	497
77.4. Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório	500

78. Procedimento do cumprimento provisório do título judicial	503
78.1. Oportunidade do cumprimento provisório	503
78.2. Formação de autos próprios no cumprimento provisório	503
78.3. Adimplemento do executado no cumprimento provisório	505
78.4. Prestação de caução no cumprimento provisório	506
78.5. Extinção do cumprimento provisório.....	507
78.6. Cabimento da impugnação do executado.....	507
78.7. Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório	508
§ 18.º Medidas de Urgência na Execução.....	509
79. Tutela provisória da atividade executiva	509
80. Momento e procedimento das medidas de urgência.....	512
§ 19.º Responsabilidade do Exequente.....	513
81. Responsabilidade do exequente na execução	513
81.1. Natureza da responsabilidade do exequente	514
81.2. Elementos da responsabilidade do exequente	515
81.3. Extensão da responsabilidade perante terceiros	517
81.4. Efeitos da responsabilidade do exequente	517
§ 20.º Comportamento Processual do Executado.....	517
82. Lealdade processual no processo executivo	517
83. Tipicidade do comportamento processual.....	520
84. Efeitos da deslealdade do executado.....	524

Título II – Relação processual executiva

5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO	527
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	528
§ 21.º Pressupostos Processuais.....	528
85. Pressupostos processuais e demanda executória	528
86. Conceito de pressupostos processuais	530
87. Classificação dos pressupostos processuais.....	533
88. Controle dos pressupostos processuais	533
88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais	534
88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais	535

SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO	536
§ 22.º Jurisdição	536
89. Existência de jurisdição e processo executivo	536
89.1. Órgãos especiais de jurisdição	537
89.2. Natureza do ato jurisdicional	538
90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo	540
§ 23.º Competência.....	542
91. Competência na execução	542
91.1. Massa de lides e sua distribuição	542
91.2. Conceito de competência.....	543
91.3. Identificação dos órgãos jurisdicionais	544
91.4. Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão	544
91.5. Provocação do processo e problema de competência.....	545
91.6. Espécies de competência	546
92. Competência na execução fundada em título judicial.....	547
92.1. Execução do título produzido nas causas de competência ori- ginária do segundo grau	547
92.2. Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....	549
92.3. Execução do título produzido no juízo arbitral.....	553
92.4. Execução do título produzido no juízo penal.....	554
92.5. Execução do título estrangeiro.....	554
93. Competência na execução fundada em título extrajudicial	555
93.1. Competência geral na execução de título extrajudicial	555
93.1.1. Competência interna.....	557
93.1.2. Competência internacional	558
93.2. Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa.....	558
93.3. Competência na execução coletiva.....	561
94. Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência	561
95. Controle da competência na execução	563
95.1. Cabimento da alegação de incompetência nas execuções indi- vidual e coletiva.....	564

95.2. Momento e forma da alegação de incompetência.....	565
95.3. Procedimento e efeito da alegação de incompetência	566
§ 24.º Imparcialidade	566
96. Imparcialidade do juiz na execução	566
97. Causas de frustração da imparcialidade	569
98. Controle da imparcialidade na execução.....	572
98.1. Cabimento da exceção de parcialidade	572
98.2. Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade	573
98.3. Momento e forma da exceção de parcialidade.....	573
98.4. Procedimento e efeito da exceção de parcialidade	575
SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES	576
99. Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais	576
§ 25.º Personalidade Processual	579
100. Personalidade processual no processo executivo	579
101. Controle da falta de personalidade processual.....	581
§ 26.º Capacidade Processual	582
102. Capacidade processual na execução.....	582
102.1. Capacidade processual plena	582
102.2. Capacidade processual relativa e assistência	583
102.3. Incapacidade processual e representação	584
103. Integração da capacidade processual	584
103.1. Integração da capacidade processual pelo cônjuge	584
103.2. Integração da capacidade processual por curador especial ..	585
104. Intervenção do Ministério Público.....	587
105. Controle dos defeitos de capacidade processual.....	587
105.1. Momento de verificação do defeito	588
105.2. Iniciativa do conhecimento do defeito.....	588
105.3. Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação...	588
105.4. Perda superveniente da capacidade processual.....	588
105.5. Efeitos da inércia do interessado	589
105.6. Efeitos do saneamento do defeito.....	589

§ 27.º Capacidade Postulatória	589
106. Função pública do advogado e processo executivo	589
106.1. Atos privativos de advogado na execução	591
106.2. Prova da outorga do mandato	592
106.3. Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória.....	593
107. Controle dos defeitos de capacidade postulatória	593
107.1. Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória.....	593
107.2. Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória.....	594
107.3. Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória	594
107.4. Efeitos da inércia do interessado	594
107.5. Efeitos do saneamento pelo interessado.....	594
§ 28.º Legitimidade	595
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	595
108. Partes legítimas na execução	595
109. Parte e terceiro na execução	597
110. Litisconsórcio ativo e passivo na execução	600
111. Intervenção de terceiros na execução	603
112. Classificação da legitimidade de parte na execução	604
<i>Subseção II – Legitimidade ativa</i>	606
113. Legitimidade ativa ordinária primária	606
114. Legitimidade ativa ordinária superveniente	609
114.1. Legitimidade superveniente do ofendido.....	609
114.2. Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor.....	609
114.3. Legitimidade superveniente do cessionário	610
114.4. Legitimidade superveniente do sub-rogado.....	611
114.5. Legitimidade superveniente do cidadão.....	612
115. Legitimidade ativa extraordinária	612
115.1. Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva.....	612
115.2. Legitimidade extraordinária autônoma concorrente	612

<i>Subseção III – Legitimidade passiva</i>	614
116. Legitimidade passiva ordinária primária.....	614
117. Legitimidade passiva ordinária superveniente	615
117.1. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor...	615
117.2. Legitimidade passiva do novo devedor	616
118. Legitimidade passiva extraordinária.....	617
118.1. Legitimidade extraordinária do fiador	619
118.2. Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gra- vado.....	622
118.3. Legitimidade extraordinária do responsável tributário	622
118.4. Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular	625
118.5. Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral	625
118.6. Legitimidade extraordinária do cônjuge.....	627
118.7. Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liqui- dante, inventariante e administrador.....	627
119. Assistência na execução	628
SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL	630
§ 29.º Litispendência	630
120. Litispendência na execução.....	630
121. Controle da litispendência na execução	633
§ 30.º Coisa Julgada	635
122. Coisa julgada na execução	635
123. Controle da coisa julgada na execução	639
§ 31.º Perempção	640
124. Perempção na execução.....	640
§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas	641
125. Pagamento ou depósito prévio da sucumbência	641
126. Caução para garantir custas e honorários na execução	642
SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL	643
§ 33.º Invalidades	643

127.	Invalidades no processo executivo.....	643
127.1.	Classificação das invalidades.....	644
127.2.	Nulidades cominada e não cominada.....	646
128.	Nulidades cominadas no processo executivo.....	647
128.1.	Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo....	647
128.2.	Citação inexistente ou nula do executado.....	648
128.3.	Verificação do termo ou condição.....	649
129.	Momento, forma e preclusão do controle das invalidades.....	649
130.	Adequação do procedimento.....	650
6.	FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO.....	653
	SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO.....	653
	§ 34.º Princípio da Demanda.....	653
131.	Impulso da parte na execução.....	653
132.	Impulso oficial na execução.....	657
133.	Petição inicial da execução.....	658
	§ 35.º Requisitos da Petição Inicial.....	660
134.	Requisitos gerais da petição inicial.....	660
134.1.	Identificação e qualificação das partes.....	663
134.2.	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido.....	665
134.3.	Pedido na execução.....	666
134.4.	Indicação do valor da causa.....	669
134.5.	Instrução da petição inicial.....	670
134.5.1.	Ônus de exibição do título executivo.....	671
134.5.2.	Prova do termo ou da condição.....	671
134.5.3.	Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....	673
134.5.4.	Ônus de exibição do demonstrativo do débito.....	674
135.	Requisitos especiais da petição inicial.....	676
135.1.	Indicação da espécie de execução.....	676
135.2.	Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos.....	677
135.3.	Requerimento e modos de citação do executado.....	679
135.4.	Indicação de bens passíveis de constrição.....	681
135.5.	Requerimento de investigação de ativos financeiros.....	681

135.6. Requerimento de concessão do benefício da gratuidade	685
135.7. Pedido de medidas de urgência	685
136. Requisitos formais da petição inicial.....	685
136.1. Forma da petição inicial	686
136.2. Datação da petição inicial	686
136.3. Autenticação da petição inicial.....	686
136.4. Indicação do endereço do advogado do exequente	687
136.5. Produção dos documentos indispensáveis.....	687
136.6. Duplicação da petição inicial.....	688
§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória.....	688
137. Propositura da execução	688
138. Efeitos da propositura da execução.....	690
138.1. Prevenção no processo executivo	690
138.2. Litispêndência	691
138.3. Litiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa	691
138.4. Constituição em mora do executado.....	692
138.5. Prescrição da pretensão a executar.....	692
138.6. Averbação do ajuizamento da execução	695
138.6.1. Natureza da averbação	695
138.6.2. Procedimento da averbação	696
138.6.3. Efeitos da averbação do ajuizamento.....	698
138.6.4. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida.....	698
139. Ônus de averbação da propositura e das constrações	699
SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL	699
§ 37.º Emendas da Petição Inicial	699
140. Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	699
141. Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento	701
§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial	703
142. Extinção liminar do processo executivo	703
143. Pronunciamento extintivo e recurso cabível	704
§ 39.º Deferimento Liminar da Execução.....	705

144. Deferimento da inicial e citação do executado.....	705
7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	707
§ 40.º Noções Gerais.....	707
145. Crises da relação processual	707
146. Conceito e objeto da suspensão do processo	711
147. Classificação dos eventos suspensivos do processo	713
148. Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	715
§ 41.º Suspensão Obrigatória	715
149. Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória	715
150. Casos comuns de suspensão obrigatória.....	717
150.1. Morte ou perda da capacidade processual da parte	717
150.2. Morte ou perda da capacidade processual do representante...	720
150.3. Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....	720
150.4. Exceção de impedimento e de suspeição	721
150.4.1. Âmbito da exceção de parcialidade na execução.....	722
150.4.2. Oportunidade da exceção de parcialidade na execução	723
150.4.3. Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade	723
150.5. Pendência de eventos externos.....	724
150.6. Prejudicialidade externa na execução	726
150.7. Força maior suspensiva.....	727
150.8. Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória	728
150.8.1. Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	728
150.8.2. Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado	729
150.8.3. Suspensão no caso de atentado	730
150.8.4. Suspensão no caso das férias forenses	730
150.8.5. Suspensão no caso de conflito de competência	731
150.9. Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade	732

151. Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução	733
152. Efeito suspensivo da impugnação do executado.....	734
152.1. Necessidade de requerimento do executado	735
152.2. Caráter ope iudicis da suspensão	735
152.3. Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação	736
152.4. Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....	738
152.5. Recurso cabível do incidente de suspensão	738
153. Efeito suspensivo dos embargos à execução	739
153.1. Necessidade de requerimento do executado	740
153.2. Caráter ope iudicis da suspensão	741
153.3. Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos em- bargos.....	741
153.4. Modificação e revogação do efeito suspensivo	743
153.5. Recurso cabível no incidente de suspensão.....	743
154. Efeito suspensivo dos embargos de terceiro	744
155. Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro)	746
156. Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral	747
157. Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz .	747
158. Falta de bens penhoráveis.....	748
159. Frustração da alienação coativa	752
160. Efeito suspensivo do parcelamento limitado	752
160.1. Âmbito da suspensão dilatória da execução	753
160.2. Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória	754
160.3. Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória....	755
160.4. Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória	756
160.5. Contraditório na postulação da suspensão dilatória	758
160.6. Efeitos do deferimento da suspensão dilatória.....	758
160.7. Cessação da suspensão dilatória da execução	759
161. Falta de localização do executado	760
162. Suspensão cautelar da execução	760
163. Suspensão da insolvência civil.....	763

§ 42.º Suspensão Voluntária	763
164. Suspensão convencional genérica	763
165. Suspensão dilatória ilimitada da execução.....	764
§ 43.º Conversão da Execução	767
166. Frustração da execução específica e conversão da execução	767
§ 44.º Efeitos da Suspensão	767
167. Efeitos da suspensão do processo executivo	767
8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	771
§ 45.º Noções Gerais	771
168. Natureza do ato extintivo da execução.....	771
169. Causas da sentença na execução	774
170. Forma da sentença na execução	776
171. Eficácia da sentença na execução.....	779
172. Classificação das sentenças na execução.....	781
173. Recurso cabível contra a sentença na execução	782
§ 46.º Extinção Própria	782
174. Cumprimento espontâneo da obrigação.....	782
174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral	783
174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução)	785
174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins	785
174.2.2. Procedimento da remição da execução.....	785
174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução....	786
174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução	787
174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução	788
174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução	788
174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução	789
174.2.2.6. Efeitos da remição da execução	789
175. Cumprimento forçado da obrigação.....	790

§ 47.º Extinção Imprópria.....	791
176. Indeferimento da petição inicial	791
177. Abandono bilateral.....	793
178. Abandono unilateral	794
179. Desistência da execução	795
180. Ausência de pressuposto processual.....	798
180.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar inci- dental.....	798
180.2. Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar ...	801
181. Ausência de interesse processual e de legitimidade.....	803
182. Intransmissibilidade do objeto litigioso	803
183. Confusão entre exequente e executado	804
184. Causas processuais específicas	804
184.1. Ausência de litisconsorte necessário.....	805
184.2. Ausência de pressuposto processual subjetivo.....	806
184.3. Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco	806
185. Execução infrutífera e inutilidade da tutela.....	806
186. Liberação do executado	807
§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução	809
187. Responsabilidade por despesas processuais.....	809
187.1. Conceito e classificação das despesas	810
187.2. Dever de o exequente antecipar as despesas	812
187.3. Responsabilidade geral do executado	813
187.4. Concessão do benefício da gratuidade ao executado.....	815
187.5. Despesas processuais da Fazenda Pública.....	816
188. Honorários de advogado na execução	818
188.1. Cabimento dos honorários	819
188.2. Momento da fixação	824
188.3. Montante dos honorários.....	825
188.4. Natureza do provimento e recurso	826
189. Responsabilidade da parte vencida.....	826

Título III – Procedimentos executivos comuns

9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	829
SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSSAMENTO	829
§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento	829
190. Abrangência desapossamento	829
191. Certeza da coisa no desapossamento.....	833
192. Objeto do desapossamento	834
193. Título executivo na execução para entrega de coisa.....	834
SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	836
§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial.....	836
194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa	836
195. Individualização da coisa.....	837
196. Prazo de entrega da coisa	838
197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis.....	838
198. Prosseguimento da execução	840
§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial	840
199. Liquidação das benfeitorias.....	840
199.1. Abrangência da liquidação prévia	841
199.2. Forma da liquidação prévia.....	841
199.3. Embargos de retenção	842
200. Petição inicial da execução para entrega de coisa	844
201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária)....	844
202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa	846
203. Frustração da execução específica	848
204. Desapossamento da coisa litigiosa.....	849
205. Levantamento da coisa na pendência de embargos	851
206. Extinção da execução	852
SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA	852
§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta	852
207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa in- certa.....	852
208. Individualização no cumprimento da sentença.....	853

§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta	853
209. Incidente de individualização da coisa	853
209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha..	854
209.2. Impugnação à escolha	854
210. Prosseguimento da execução	855
10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	857
§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais	858
211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais	858
212. Título executivo da obrigação de fazer	860
213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade	861
SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	862
§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial	862
214. Conteúdo do título executivo judicial	862
215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial	863
216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial	864
217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial	864
218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial	865
SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL	866
§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial	866
219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial	866
220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial	869
221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública	871
§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial	872
222. Aplicação da pena pecuniária	872
222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte	872
222.2. Valor da multa pecuniária	874
222.3. Duração da multa pecuniária	875

222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária	876
222.5. Pena pecuniária e perdas e danos	879
222.6. Opção por outro meio executório	880
223. Desenvolvimento e extinção da execução	880
SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO	883
SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL	883
§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível	883
<i>Subseção I – Fase postulatória</i>	<i>883</i>
224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento	883
224.1. Heterogeneidade do prazo	883
224.2. Modos de fixação do prazo	884
224.3. Prorrogação do prazo	884
224.4. Inserção do prazo no mandado executivo	885
224.5. Fixação dos honorários advocatícios	885
224.6. Natureza do ato decisório e recurso	885
225. Caracterização e determinação do fazer	885
226. Atitudes do executado após a citação	886
226.1. Efeitos do cumprimento total e parcial	887
226.2. Inércia do executado	887
226.3. Oposição do executado e seu prazo	888
<i>Subseção II – Fase instrutória</i>	<i>888</i>
227. Atitudes do exequente após o descumprimento	888
227.1. Conversão do procedimento	889
227.2. Execução por terceiro	890
227.2.1. Definição da fungibilidade	890
227.2.2. Efetivação extrajudicial	891
227.2.3. Escolha do terceiro	891
227.2.4. Apresentação da proposta e manifestação das partes	892
227.2.5. Preferência do exequente e formalização do negócio ...	893
227.2.6. Adiantamento do preço	893
<i>Subseção III – Incidentes da transformação</i>	<i>893</i>
228. Retratação da execução específica	893

229. Insucesso na escolha do terceiro	894
230. Execução de custeamento	894
231. Execução pelo exequente.....	895
231.1. Prazo para exercer o direito de preferência	896
231.2. Despesas da execução	896
231.3. Prazo de execução.....	896
231.4. Custeamento da execução	896
231.5. Verificação do cumprimento	896
232. Descumprimento do terceiro contratado.....	897
232.1. Prazo de reclamação.....	897
232.2. Contraditório no incidente	897
232.3. Nova execução de custeamento.....	898
232.4. Responsabilidade subsidiária do executado.....	898
232.5. Extinção imprópria da execução	899
<i>Subseção IV – Fase final</i>	899
233. Controle da prestação de fazer	899
233.1. Casos de cabimento do controle.....	899
233.2. Procedimento do controle	899
234. Extinção da execução da obrigação de fazer fungível	900
SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL	901
§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível	901
235. Infungibilidade da obrigação de fazer.....	901
235.1. Pessoaalidade do fazer	902
235.2. Licença administrativa.....	903
235.3. Prazo de cumprimento.....	903
235.4. Oposição do executado	903
236. Liquidação e execução das perdas e danos.....	903
SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	904
§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa	904
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	904
237. Execução específica das obrigações negativas	904
237.1. Título executivo da prestação negativa	906

237.2. Objeto da obrigação negativa	906
238. Comprovação do fato indébito	907
<i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i>	907
239. Procedimento da execução para desfazer.....	907
239.1. Prazo de desfazimento	907
239.2. Caracterização e determinação do desfazer	908
239.3. Citação e atitudes do executado	908
239.4. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa.....	908
240. Conversão do procedimento executivo	909
241. Extinção da execução	909
SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE	910
§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade	910
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	910
242. Fungibilidade da declaração de vontade	910
243. Natureza da ação nascente do contrato preliminar	912
243.1. Título da substituição	912
243.2. Objeto da declaração de vontade.....	914
243.3. Formulação do pedido e sua correção.....	916
244. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares	916
245. Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado	920
245.1. Modalidade dos atos executivos	920
245.2. Possibilidade da execução da sentença substitutiva	921
245.3. Desapossamento do vencido	921
245.4. Aplicação do meio executório da coação patrimonial	922
<i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i>	923
246. Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda	923
247. Forma do contrato preliminar de compra e venda.....	923
248. Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda.....	924

249. Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda	924
250. Registro do contrato preliminar de compra e venda	925
251. Outorga uxória e eficácia condenatória	927
11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	929
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	931
§ 62.º Obrigação Pecuniária	931
252. Obrigação pecuniária e expropriação	931
252.1. Atributos da obrigação pecuniária	933
252.2. Espécies de prestações pecuniárias.....	934
252.3. Reajuste das prestações pecuniárias	935
253. Expropriação singular e coletiva	936
254. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento.....	937
SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO	939
<i>Subseção I – Execução de Título Judicial</i>	<i>939</i>
§ 63.º Cumprimento da Sentença	939
255. Iniciativa da parte na execução de título judicial	939
256. Intimação do executado na execução de título judicial	940
256.1. Modos e destinatários da intimação.....	941
256.2. Contagem do prazo e alternativas	942
257. Atitudes do executado após a intimação.....	942
258. Controle oficial do valor da dívida.....	943
<i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial.....</i>	<i>944</i>
§ 64.º Citação do Executado.....	944
259. Ajuizamento da demanda executória	944
260. Citação do executado na expropriação	945
260.1. Modos de citação	946
260.2. Contagem do prazo e alternativas	947
§ 65.º Pagamento	949
261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado	949
262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio	951

§ 66.º Pré-Penhora	951
263. Natureza e finalidade da pré-penhora	951
264. Procedimento da pré-penhora	953
264.1. Pressupostos objetivos da pré-penhora.....	953
264.2. Forma da pré-penhora	954
264.3. Citação do executado	954
264.4. Pagamento superveniente	955
264.5. Intimação da conversão em penhora	955
264.6. Caducidade da pré-penhora	956
§ 66.º Penhora e Depósito	957
<i>Subseção III – Penhora em Geral</i>	957
265. Natureza jurídica da penhora	957
266. Conceito de penhora	960
267. Termo inicial e eficácia erga omnes da penhora.....	961
268. Efeitos da penhora no plano material	961
268.1. Ineficácia relativa dos atos de disposição.....	962
268.2. Reorganização da posse	963
268.3. Perda do direito de fruição	965
269. Efeitos da penhora no plano processual	966
269.1. Individualização de bens no patrimônio do executado	966
269.2. Conservação dos bens penhorados	967
269.3. Direito de preferência.....	967
269.4. Desencadeamento das técnicas expropriatórias	968
270. Extensão da penhora (frutos, acessões, pertenças e plantações)	968
271. Formas de documentação da penhora	970
<i>Subseção IV – Procedimento da penhora</i>	970
272. Penhora por oficial de justiça.....	970
272.1. Escolha do exequente e nomeação do executado	971
272.2. Localização dos bens penhoráveis	972
272.2.1. Localização de ativos financeiros	974
272.2.2. Localização de outros bens (requisição perante terceiros)	974
272.3. Ordem preferencial da penhora.....	975

272.4. Exibição dos títulos de domínio.....	978
272.5. Lugar da penhora.....	978
272.6. Tempo da penhora.....	980
272.7. Adequação da penhora.....	980
272.8. Penhora de bem indivisível.....	981
272.9. Avaliação do bem penhorado.....	982
273. Resistência do executado.....	983
273.1. Presunção de resistência.....	983
273.2. Ordem de arrombamento.....	984
273.3. Busca dos bens penhoráveis.....	985
273.4. Auto de arrombamento.....	985
273.5. Emprego da força policial.....	986
273.6. Auto da ocorrência.....	987
274. Elementos do auto ou termo de penhora.....	987
274.1. Tempo e lugar da penhora.....	988
274.2. Pertinência subjetiva da penhora.....	988
274.3. Descrição dos bens penhorados.....	988
274.4. Nomeação do depositário.....	989
274.5. Laudo de avaliação.....	990
<i>Subseção V – Depósito da coisa penhorada.....</i>	<i>990</i>
275. Desapossamento da coisa penhorada.....	990
276. Natureza jurídica do depósito.....	992
277. Objeto do depósito.....	994
278. Efeitos do depósito no plano material.....	994
278.1. Guarda e conservação da coisa.....	994
278.2. Administração da coisa.....	995
278.3. Posse do depositário.....	996
278.4. Restituição da coisa.....	996
278.4.1. Cabimento da ação de depósito.....	997
278.4.2. Incidente na execução.....	997
278.5. Dever de prestar contas.....	1000
279. Efeitos do depósito no plano processual.....	1000
279.1. Remuneração do depositário.....	1000
279.2. Responsabilidade do depositário.....	1001

280.	Nomeação do depositário.....	1003
280.1.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos	1004
280.2.	Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	1005
280.3.	Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos	1005
281.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens.....	1006
282.	Remoção do depositário	1007
283.	Extinção do depósito	1008
	<i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira</i>	<i>1008</i>
284.	Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros.	1008
285.	Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros	1009
286.	Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros	1010
287.	Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros....	1011
288.	Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora.....	1012
	<i>Subseção VII – Penhora de créditos</i>	<i>1013</i>
289.	Introdução à penhora de créditos	1013
290.	Existência do crédito e sua penhora	1017
291.	Objeto da penhora de crédito	1019
292.	Penhora de mão própria.....	1019
293.	Procedimento da penhora de crédito.....	1020
293.1.	Penhora através de oficial de justiça.....	1020
293.2.	Individualização do crédito	1020
293.3.	Pré-penhora do crédito	1020
293.4.	Apreensão dos títulos e cópias.....	1021
293.5.	Confissão do terceiro devedor	1022
293.6.	Conteúdo da confissão do terceiro	1022
293.7.	Negativa do terceiro devedor	1023
293.8.	Incidente de declaração da existência do crédito	1023
293.9.	Extinção do crédito e reflexos na penhora	1024
294.	Técnicas de conversão do crédito penhorado	1025
294.1.	Sub-rogação do crédito penhorado.....	1025

294.2. Alienação do crédito penhorado	1027
295. Penhora no rosto dos autos.....	1027
295.1. Conceito de direito litigioso	1028
295.2. Forma da penhora no rosto dos autos	1029
295.3. Penhora por dívida do autor da herança	1029
295.4. Início da eficácia da penhora no rosto dos autos	1030
295.5. Sub-rogação do direito litigioso.....	1030
296. Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas.....	1030
297. Penhora de direito a coisa determinada.....	1031
297.1. Natureza da penhora	1032
297.2. Objeto da penhora	1032
297.3. Depósito da coisa.....	1032
297.4. Sub-rogação do objeto da penhora	1032
297.5. Técnicas de conversão do objeto da penhora.....	1033
297.6. Direito sujeito a condição.....	1033
297.7. Preferência na penhora de direito a coisa determinada.....	1033
<i>Subseção VIII – Penhora de quotas e de ações de sociedades personifi-</i> <i>cadas</i>	1033
298. Penhora de quotas e de ações	1033
299. Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações	1034
<i>Subseção IX – Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios</i> <i>e aeronaves</i>	1035
300. Penhora de empresas e estabelecimentos	1035
301. Administração da universalidade penhorada	1036
302. Procedimento da penhora de universalidades.....	1038
302.1. Escolha do administrador	1038
302.2. Plano de administração.....	1038
302.3. Plano de administração consensual.....	1039
302.4. Controle do plano de administração	1039
302.5. Destituição do administrador.....	1040
302.6. Penhora dos edifícios em construção.....	1040
302.7. Administração dos edifícios em construção	1040
303. Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada.....	1041

304. Penhora de navio e de aeronave	1042
304.1. Conceito de navio e de aeronave	1042
304.2. Natureza da penhora	1043
304.3. Seguro contra riscos	1043
<i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas</i>	<i>1044</i>
305. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1044
306. Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	1044
<i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....</i>	<i>1045</i>
307. Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos.....	1045
308. Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos	1046
309. Objeto da penhora de frutos e de rendimentos	1047
310. Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....	1048
310.1. Eficiência da penhora.....	1048
310.2. Menor gravame da penhora.....	1049
311. Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos	1049
311.1. Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....	1049
311.2. Perda do poder de fruição do bem	1051
311.3. Temporariedade e natureza pro solvendo da apropriação	1051
311.4. Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio .	1052
311.5. Nomeação de administrador	1053
311.6. Extensão dos poderes do administrador	1053
311.7. Pronunciamento judicial e recurso cabível.....	1054
312. Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos.....	1054
313. Administração de frutos e de rendimentos.....	1054
313.1. Aprovação da forma de administração.....	1054
313.2. Administrador do imóvel arrendado	1055
313.3. Locação do móvel ou de imóvel.....	1055
314. Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos	1056
315. Recebimento das quantias e imputação em pagamento.....	1056

<i>Subseção XII – Incidentes da penhora</i>	1056
316. Substituição da penhora	1056
316.1. Legitimidade para requerer a substituição	1057
316.2. Fundamentos da substituição	1058
316.3. Momento da substituição	1061
316.4. Pressupostos da substituição requerida pelo executado	1062
316.5. Objeto da substituição.....	1063
316.5.1. Fiança bancária.....	1064
316.5.2. Seguro.....	1066
316.6. Contraditório na substituição.....	1066
316.7. Decisão do incidente de substituição.....	1066
316.8. Efeitos da substituição.....	1067
317. Ilegalidade da penhora.....	1067
317.1. Ilegalidade objetiva da penhora.....	1068
317.2. Ilegalidade subjetiva da penhora.....	1068
318. Renovação da penhora.....	1069
318.1. Casos de renovação da penhora.....	1069
318.1.1. Nulidade da penhora	1070
318.1.2. Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida	1070
318.1.3. Desistência da penhora	1070
318.2. Intimação do executado e embargos.....	1071
318.3. Despesas da renovação da penhora.....	1072
318.4. Responsabilidade do credor na renovação da penhora	1072
319. Alienação antecipada do bem penhorado	1073
319.1. Natureza da alienação antecipada.....	1073
319.2. Procedimento da alienação antecipada.....	1073
319.2.1. Requisitos da alienação antecipada	1073
319.2.2. Legitimidade para requerer a alienação antecipada	1074
319.2.3. Modalidades de alienação antecipada.....	1074
319.2.4. Alienação antecipada no cumprimento provisório.	1075
319.2.5. Contraditório e concordância do executado	1075
319.2.6. Efeitos da alienação antecipada	1075
319.2.7. Decisão do incidente e recurso	1076

320. Adequação da penhora	1076
321. Excesso de penhora e excesso de execução.....	1077
<i>Subseção XIII – Concurso especial de credores</i>	1078
322. Preferência emanada da penhora	1078
323. Pressupostos da preferência do credor penhorante.....	1081
323.1. Solvência do executado	1081
323.2. Inexistência de prelação.....	1083
324. Efeitos do concurso especial.....	1084
325. Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada.....	1085
326. Preferência em razão da averbação da penhora.....	1086
327. Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções.....	1088
328. Procedimento do concurso especial na fase inicial.....	1090
328.1. Pressupostos da reunião das execuções.....	1090
328.2. Obrigatoriedade da reunião das execuções	1091
328.3. Ciência da multiplicidade de penhoras.....	1092
328.4. Juízo competente para a reunião das execuções	1092
328.5. Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial	1096
328.6. Impulso processual da expropriação nas execuções singulares.....	1096
328.7. Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum	1097
328.8. Destino autônomo das execuções no concurso especial.....	1098
<i>Subseção XIV – Intimação da penhora</i>	1098
329. Intimação do executado da penhora.....	1098
329.1. Dispensa da intimação do executado.....	1099
329.2. Modos de intimação do executado.....	1099
329.3. Destinatários da intimação	1100
330. Intimação da penhora de terceiros.....	1100
331. Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado...	1100
331.1. Posição processual do cônjuge	1102
331.2. Embargos de terceiro do cônjuge	1102

331.3. Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente	1103
331.4. Preservação da meação individualmente sobre cada bem	1104
331.5. Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge	1104
SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO	1105
§ 68.º Avaliação	1105
332. Importância e natureza da avaliação	1105
333. Momento e lugar da avaliação	1106
334. Avaliador judicial e avaliador perito	1108
335. Casos de dispensa da avaliação	1110
335.1. Concordância das partes	1111
335.2. Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa	1111
335.3. Bens de cotação usual no mercado.....	1112
336. Procedimento da avaliação por avaliador.....	1112
336.1. Laudo de avaliação	1113
336.2. Conteúdo do laudo e critérios de avaliação	1114
336.2.1. Valor segundo o custo.....	1114
336.2.2. Valor segundo a renda	1115
336.2.3. Valor segundo o mercado	1115
336.3. Divisão cômoda de imóvel	1115
336.4. Audiência das partes e decisão	1116
337. Repetição da avaliação	1116
338. Adequação da penhora	1118
§ 69.º Alienação Forçada	1119
339. Natureza jurídica da alienação forçada.....	1119
340. Efeitos da alienação forçada no plano material.....	1124
340.1. Título da aquisição	1125
340.2. Modo de aquisição.....	1126
340.3. Responsabilidade tributária do adquirente	1127
340.4. Vícios ocultos e aparentes da coisa.....	1128
340.5. Evicção na alienação coativa.....	1129
340.6. Alienação coativa de coisa locada.....	1131

340.7. Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais	1133
340.8. Alienação coativa de coisa comodada.....	1133
340.9. Alienação forçada e frutos do bem	1134
340.10. Posse da coisa adquirida	1135
340.11. Purgação dos direitos reais de garantia	1136
340.12. Traspasso dos direitos reais de gozo	1138
341. Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	1139
341.1. Conversão coativa da penhora.....	1139
341.2. Realização do preço	1139
342. Legitimidade para arrematar	1140
342.1. Legitimidade geral	1141
342.2. Restrições à legitimidade	1142
§ 70.º Adjudicação	1144
343. Natureza jurídica da adjudicação.....	1144
344. Objeto da adjudicação	1145
345. Pressupostos da adjudicação.....	1146
345.1. Preço não inferior ao da avaliação	1146
345.2. Legitimidade para adjudicar.....	1147
346. Procedimento da adjudicação.....	1151
346.1. Oportunidade da adjudicação	1151
346.2. Intimações prévias à adjudicação.....	1151
346.3. Forma do requerimento de adjudicação.....	1152
346.4. Intimação do executado.....	1152
346.5. Multiplicidade de pretendentes	1153
346.6. Auto de adjudicação	1155
346.7. Recurso contra a decisão na adjudicação.....	1155
346.8. Carta de adjudicação	1156
347. Resgate do bem hipotecado adjudicado	1157
348. Efeitos da adjudicação	1157
348.1. Efeitos gerais da adjudicação	1158
348.2. Efeitos particulares da remição.....	1158

§ 71.º Alienação	1159
349. Modalidades da alienação do bem penhorado	1159
<i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i>	1160
350. Natureza da alienação por iniciativa particular.....	1160
351. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular	1162
352. Procedimento da alienação por iniciativa particular	1162
352.1. Iniciativa do exequente	1162
352.2. Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro	1163
352.3. Condições do negócio	1164
352.4. Apresentação da proposta e contraditório.....	1166
352.5. Termo de alienação.....	1167
353. Incidentes da alienação por iniciativa particular	1167
354. Efeitos da alienação por iniciativa particular	1168
<i>Subseção II – Leilão Judicial</i>	1168
355. Oportunidade do leilão	1168
356. Modalidades de leilão.....	1169
357. Objeto e lugar do leilão.....	1170
358. Designação do leiloeiro.....	1170
359. Direitos e deveres do leiloeiro	1172
359.1. Publicação do edital	1172
359.2. Realização do leilão	1173
359.3. Exposição dos bens.....	1173
359.4. Remuneração do leiloeiro	1173
359.5. Depósito do preço.....	1175
359.6. Prestação de contas	1175
360. Condições do leilão	1176
361. Natureza e função do edital de arrematação	1176
362. Requisitos do edital	1177
362.1. Descrição do bem penhorado.....	1178
362.2. Valor do bem	1178
362.3. Lugar do bem penhorado	1179
362.4. Lugar, período ou data do leilão.....	1179
362.5. Dia e hora da segunda licitação.....	1180

362.6. Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente.....	1181
363. Obrigatoriedade e expedição do edital	1182
364. Publicidade ordinária do edital	1183
365. Publicidade extraordinária do edital.....	1185
366. Leilão conjunto.....	1186
367. Transferência do leilão	1187
368. Intimações prévias ao leilão.....	1189
368.1. Intimação do executado.....	1189
368.1.1. Destinatários da intimação	1190
368.1.2. Forma da intimação.....	1191
368.2. Intimação de terceiros.....	1192
369. Forma do leilão	1193
370. Direção do leilão	1195
371. Ordem da arrematação	1195
372. Preferência da arrematação em globo.....	1196
373. Alienação de imóvel divisível.....	1197
373.1. Comodidade da divisão.....	1197
373.2. Requerimento do executado.....	1198
373.3. Procedimento do leilão	1198
374. Forma do remate	1199
374.1. Licitação entre os pretendentes.....	1201
374.2. Preferência na aquisição do bem tombado.....	1201
375. Alienação por proposta escrita	1201
375.1. Objeto da proposta escrita	1202
375.2. Valor da proposta escrita	1202
375.3. Condições da proposta escrita.....	1202
375.4. Decisão acerca da proposta escrita e recurso.....	1202
375.5. Efeitos da aceitação da proposta escrita.....	1203
376. Arrematação pelo exequente	1203
376.1. Limite mínimo do lance do credor	1204
376.2. Exibição do preço pelo credor.....	1205
377. Proibição da arrematação por preço vil	1205
377.1. Definição de preço vil	1206

377.2. Alegação do preço vil	1208
378. Alienação de imóvel de incapaz.....	1208
378.1. Prazo do adiamento.....	1209
378.2. Administração do imóvel durante o adiamento	1209
378.3. Alienação antes do término do adiamento	1209
378.4. Alienação depois do encerramento do adiamento.....	1210
379. Suspensão da arrematação	1210
380. Encerramento da arrematação.....	1211
381. Resgate do bem hipotecado arrematado	1212
382. Auto de arrematação	1212
383. Carta de arrematação	1214
383.1. Oportunidade da expedição da carta de arrematação	1215
383.2. Elementos da carta de arrematação	1216
383.2.1. Descrição do imóvel	1216
383.2.2. Prova da quitação dos impostos	1216
383.2.3. Auto de arrematação.....	1217
383.2.4. Identificação do arrematante.....	1217
383.2.5. Assinatura da carta	1217
383.3. Registro da carta de arrematação.....	1217
384. Carta de arrematação de bens móveis.....	1218
385. Desfazimento da arrematação.....	1219
385.1. Causas de desfazimento da arrematação	1220
385.1.1. Nulidade dos atos executórios	1221
385.1.2. Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução	1222
385.1.3. Existência de ônus real omitido no edital.....	1222
385.1.4. Casos previstos explicitamente no Código	1222
385.1.5. Casos previstos implicitamente no Código.....	1223
385.2. Meios e momento do desfazimento	1223
385.3. Efeitos do desfazimento	1224
385.3.1. Efeitos perante o arrematante.....	1225
385.3.2. Efeitos perante o credor.....	1225
385.3.3. Efeitos perante os auxiliares do juízo.....	1225
385.4. Decisão do incidente e recurso	1225
386. Resolução da arrematação por inadimplemento	1226

SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO	1227
§ 72.º Satisfação do Crédito	1227
387. Satisfação do exequente através da adjudicação.....	1227
388. Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor...	1228
389. Atribuição e distribuição do dinheiro	1229
390. Pressupostos da entrega do dinheiro	1230
391. Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado	1230
392. Custódia do dinheiro.....	1231
393. Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....	1231
393.1. Credores participantes do concurso especial.....	1232
393.2. Ordem dos credores no concurso especial.....	1234
393.2.1. Preferência material	1234
393.2.2. Preferência processual	1239
393.3. Natureza do concurso especial	1241
393.4. Limites à cognição no concurso especial	1241
394. Procedimento da fase final do concurso especial.....	1242
394.1. Competência no concurso especial.....	1242
394.2. Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento.....	1244
394.3. Distribuição parcial	1245
394.4. Distribuição amigável	1245
394.5. Natureza do ato que resolve o concurso	1245
394.6. Quitação ao executado e extinção do processo	1246
12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	1247
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	1248
§ 73.º Lineamentos da Insolvência Civil	1248
395. Conceito e natureza da insolvência civil	1248
396. Caráter principal da insolvência civil.....	1252
§ 74.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva	1253
397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva	1253
398. Insolvência real.....	1256
399. Insolvência presumida.....	1256

§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil	1259
400. Conflito entre falência e insolvência civil	1259
401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil.....	1260
402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva	1260
403. Fases da insolvência civil.....	1262
SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA	1263
§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento	1263
404. Título e inadimplemento na execução coletiva.....	1263
404.1. Título executivo	1263
404.2. Inadimplemento.....	1264
§ 77.º Capacidade Postulatória	1264
405. Participação do advogado na insolvência civil	1264
§ 78.º Competência na Insolvência Civil	1265
406. Problema de competência na insolvência civil	1265
406.1. Competência na insolvência voluntária	1266
406.2. Competência na insolvência necessária	1266
406.3. Espécie de competência na insolvência.....	1267
407. Universalidade do juízo da insolvência.....	1267
§ 79.º Legitimidade na Insolvência Civil	1270
408. Legitimidade ativa na insolvência civil	1270
408.1. Legitimidade ativa do credor quirografário	1271
408.2. Legitimidade ativa do devedor.....	1273
408.3. Legitimidade ativa do espólio do devedor	1273
409. Legitimidade passiva na insolvência civil.....	1274
409.1. Legitimidade passiva do devedor civil.....	1274
409.2. Legitimidade passiva do espólio do devedor	1276
410. Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil.....	1276
411. Ministério Público na insolvência civil	1277
SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA	1278
§ 80.º Insolvência Necessária	1278
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>	1278

412.	Requisitos da petição inicial	1278
412.1.	Endereçamento da inicial	1279
412.2.	Identificação das partes	1279
412.3.	Causa de pedir na insolvência.....	1279
412.4.	Pedido na insolvência civil	1281
412.5.	Proposição de provas na insolvência civil	1281
412.6.	Explicitação do valor da causa	1282
412.7.	Requerimento e modos de citação do executado	1282
413.	Efeitos da propositura da insolvência necessária.....	1282
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial.....</i>	1282
414.	Emendas da petição inicial	1282
415.	Indeferimento da petição inicial	1283
416.	Deferimento da petição inicial	1283
	<i>Subseção III – Instrução da fase inicial.....</i>	1283
417.	Pagamento do executado.....	1283
418.	Revelia do executado.....	1284
419.	Reconhecimento do pedido.....	1285
420.	Elisão do pedido através de depósito	1285
421.	Embargos do executado na insolvência.....	1286
	<i>Subseção IV – Julgamento da fase final</i>	1288
422.	Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva	1288
	§ 81.º Insolvência Voluntária.....	1289
	<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>	1289
423.	Requisitos da petição inicial	1289
423.1.	Endereçamento da inicial	1291
423.2.	Identificação das partes	1291
423.3.	Causa de pedir na insolvência voluntária	1291
423.4.	Pedido na insolvência voluntária	1293
423.5.	Produção de provas	1293
423.6.	Explicitação do valor da causa	1294
423.7.	Citação dos credores.....	1294
424.	Efeitos da propositura da insolvência voluntária.....	1294

<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>	1294
425. Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....	1294
426. Indeferimento da inicial.....	1295
427. Deferimento da inicial	1295
<i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i>	1295
428. Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência	1295
429. Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desistência da ação.....	1295
§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência	1297
430. Classificação dos efeitos da insolvência.....	1297
431. Termo inicial dos efeitos	1298
432. Efeitos processuais da declaração de insolvência	1299
432.1. Instalação da execução coletiva.....	1299
432.2. Procedimento edital na insolvência	1299
432.3. Arrecadação dos bens do devedor	1301
432.4. Perda da preferência.....	1303
432.5. Perda da capacidade processual.....	1303
432.6. Atração das execuções singulares.....	1304
432.7. Escolha do administrador da massa.....	1306
432.8. Interrupção da prescrição	1306
433. Efeitos materiais da declaração de insolvência	1308
433.1. Vencimento antecipado das dívidas.....	1308
433.1.1. Deságio das obrigações vincendas	1308
433.1.2. Suspensão da fluência dos juros	1309
433.1.3. Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira	1309
433.1.4. Suspensão da fluência da comissão de permanência.....	1310
433.1.5. Compensação das dívidas do insolvente	1310
433.1.6. Correção monetária dos créditos.....	1311
433.2. Perda da disponibilidade patrimonial.....	1311
433.2.1. Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência.....	1312

433.2.2. Disciplina dos negócios bilaterais	1313
433.2.3. Disciplina dos negócios unilaterais	1315
433.2.4. Extinção das obrigações	1316
SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA	1316
§ 83.º Administração do Ativo	1316
434. Formação do ativo e nomeação do administrador da massa	1316
434.1. Natureza das funções do administrador	1317
434.2. Escolha do administrador	1317
434.3. Investidura do administrador	1318
434.4. Substituição e destituição do administrador	1319
434.5. Representação do administrador no processo	1319
435. Direitos e deveres do administrador	1320
435.1. Custódia da massa ativa	1320
435.2. Arrecadação da massa ativa	1321
435.3. Despesas da massa e prepostos do administrador	1322
435.4. Representação judicial da massa	1322
435.5. Alienação coativa dos bens da massa	1323
435.6. Remuneração do administrador	1323
435.7. Responsabilidade civil do administrador	1324
435.8. Efeitos materiais da administração	1325
§ 84.º Organização do Passivo	1325
436. Procedimento da habilitação de crédito	1325
436.1. Legitimidade ativa	1325
436.2. Natureza da habilitação	1326
436.3. Forma da habilitação	1327
436.4. Cumulação de execuções na habilitação	1328
436.5. Controle da habilitação	1328
436.6. Ordenação das habilitações e intimações das partes	1329
437. Impugnação ao crédito habilitado	1330
437.1. Natureza da impugnação	1330
437.2. Prazo da impugnação	1330
437.3. Legitimidade ativa na impugnação	1331
437.4. Legitimidade passiva na impugnação	1331

437.5. Causa de pedir e pedido na impugnação	1332
437.6. Procedimento da ação de impugnação	1333
437.7. Destino dos embargos atraídos ao juízo universal	1334
437.8. Efeito da impugnação na execução coletiva	1334
438. Elaboração do quadro geral de credores	1335
439. Classificação dos créditos no concurso	1336
440. Ação direta do credor retardatário.....	1337
440.1. Natureza da ação direta	1337
440.2. Competência na ação direta	1338
440.3. Legitimidade ativa e passiva na ação direta	1339
440.4. Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo	1339
440.5. Rito da ação direta	1340
440.6. Limites da cognição na ação direta.....	1340
440.7. Posição do retardatário no concurso e participação no rateio.....	1341
441. Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva	1341
441.1. Requisitos para concessão dos alimentos	1341
441.2. Incidente sobre a pensão.....	1342
441.3. Execução da decisão e extinção da verba alimentar	1343
§ 85.º Recuperação Amigável	1343
442. Natureza da recuperação do devedor civil.....	1343
443. Procedimento da recuperação civil.....	1345
443.1. Forma da proposta do executado	1345
443.2. Momento hábil à proposta de recuperação	1345
443.3. Contraditório na recuperação	1346
443.4. Efeitos do julgamento da recuperação	1346
443.5. Natureza do pronunciamento na recuperação.....	1347
443.6. Efeitos do descumprimento da recuperação	1347
§ 86.º Realização do Ativo.....	1347
444. Avaliação na execução coletiva.....	1347
445. Meios expropriatórios da execução coletiva.....	1348
446. Momento da realização do ativo.....	1349

SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA	1350
§ 87.º Pagamento aos Credores	1350
447. Momento do pagamento aos credores.....	1350
448. Procedimento do rateio	1351
§ 88.º Extinção e Suspensão do Concurso	1352
449. Extinção da execução coletiva	1352
450. Suspensão da execução coletiva.....	1353
§ 89.º Saldo Devedor	1353
451. Saldo devedor da execução coletiva	1353
452. Reinício da execução coletiva	1354
§ 90.º Extinção das Obrigações	1355
453. Finalidade da ação de extinção das obrigações.....	1355
454. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....	1356
454.1. Prazo extintivo das obrigações.....	1356
454.2. Inexistência de bens arrecadáveis	1356
455. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente	1357
455.1. Competência da ação extintiva.....	1357
455.2. Legitimidade na ação extintiva	1357
455.3. Procedimento edital	1357
455.4. Petição inicial da ação extintiva	1358
455.5. Limites à cognição judicial.....	1358
455.6. Resposta dos réus.....	1358
455.7. Réplica do devedor e julgamento antecipado.....	1358
455.8. Produção de provas	1359
455.9. Natureza da sentença de procedência.....	1359
455.10. Julgamento da ação extintiva.....	1359
456. Efeitos da procedência da ação extintiva	1359

Título IV – Procedimentos executivos especiais

13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR	1361
§ 91.º Noções Gerais acerca da Execução do Crédito Alimentar	1361
457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar.....	1361

458.	Conceito e conteúdo da obrigação alimentar.....	1364
459.	Classificação da obrigação alimentar	1366
459.1.	Alimentos naturais e civis.....	1366
459.2.	Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos	1368
459.3.	Alimentos definitivos e provisionais	1369
459.4.	Alimentos futuros e pretéritos	1371
460.	Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios	1371
461.	Garantias do crédito alimentar	1372
462.	Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar.....	1373
	SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO	1374
	§ 92.º Procedimento da Execução por Expropriação.....	1374
463.	Execução do crédito alimentar por expropriação	1374
463.1.	Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação.....	1375
463.1.1.	Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	1377
463.1.2.	Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	1377
463.1.3.	Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação.....	1378
463.2.	Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial	1378
463.3.	Levantamento do dinheiro penhorado	1378
463.4.	Encaminhamento normal da expropriação	1379
463.5.	Crédito alimentar no concurso de preferências	1380
464.	Execução de alimentos indenizativos	1381
464.1.	Natureza da pretensão à constituição do capital	1382
464.2.	Objeto do capital constituído.....	1383
464.3.	Condição jurídica do capital constituído	1384
464.4.	Sucedâneos da constituição do capital	1385
464.5.	Vicissitudes do capital constituído	1386
464.6.	Cessação da obrigação e liberação do capital	1386

SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL	1387
§ 93.º Noções Gerais acerca da Execução por Coerção Pessoal	1387
465. Título executivo na execução por coerção pessoal.....	1387
466. Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal	1389
§ 94.º Procedimento da Execução por Coerção Pessoal	1394
467. Requisitos da petição inicial	1394
467.1. Competência na execução de alimentos.....	1395
467.2. Formulação do pedido na coerção pessoal.....	1397
467.3. Controle da petição inicial	1399
467.4. Fixação de honorários advocatícios	1400
467.5. Indeferimento da petição inicial.....	1400
468. Cumprimento e defesa sumária do executado	1401
468.1. Pagamento	1401
468.2. Defesa do executado.....	1403
468.3. Decisão do incidente	1408
468.3.1. Natureza do pronunciamento	1408
468.3.2. Recurso cabível. Efeito suspensivo	1409
468.3.3. Motivação do ato.....	1410
468.3.4. Efeitos do ato.....	1411
468.4. Inatividade do executado	1412
469. Prisão do executado	1412
469.1. Prazo da prisão.....	1413
469.2. Regime da prisão.....	1414
469.3. Suspensão e revogação da prisão.....	1416
469.4. Meios para o executado revogar a prisão.....	1416
469.5. Renovação da prisão	1418
470. Coerção pessoal e embargos do executado	1419
SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO	1419
§ 95.º Noções Gerais acerca da Execução por Desconto	1419
471. Execução por desconto em folha da obrigação alimentar	1419
472. Opção pela execução por desconto.....	1421

§ 96.º Procedimento da Execução por Desconto	1421
473. Particularidades da execução por desconto em folha.....	1421
473.1. Identificação da fonte pagadora	1422
473.2. Efetivação da medida	1423
473.3. Cabimento da oposição do executado	1424
473.4. Prosseguimento da execução.....	1425
14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1427
§ 97.º Noções Gerais	1427
474. Objeto da execução contra a Fazenda Pública.....	1427
475. Causa do procedimento especial	1429
476. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento	1430
477. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública	1435
§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia	1441
478. Disciplina da execução da execução pecuniária	1441
479. Necessidade da execução.....	1441
480. Competência na execução contra a Fazenda Pública	1442
481. Legitimidade ativa e passiva	1443
482. Título executivo	1446
483. Proibição expressa do cumprimento provisório	1449
484. Cabimento dos honorários advocatícios	1450
485. Prazo e regime dos embargos.....	1451
486. Tribunal competente para processar o pagamento	1452
487. Obrigatoriedade da expedição do precatório	1453
488. Procedimento da requisição de pagamento	1456
488.1. Pagamento segundo o regime especial	1456
488.2. Pagamento segundo o regime excepcional.....	1458
489. Preterição da preferência e o sequestro	1462
489.1. Cabimento do sequestro	1463
489.2. Natureza da medida.....	1464
489.3. Legitimação ativa e passiva	1465
489.4. Objeto da medida	1465
489.5. Procedimento do “sequestro”	1466

§ 99.º Procedimento da Execução por Menor Quantia	1467
490. Execução de pequeno valor	1467
491. Definição de dívida de pequeno valor	1467
492. Execução incidente e desnecessidade de nova citação	1468
493. Legitimidade passiva	1468
494. Título executivo	1469
495. Exclusão do cumprimento provisório	1469
496. Admissibilidade da oposição do executado	1469
497. Competência e forma da requisição de pagamento	1470
498. Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública	1472
15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO	1475
§ 100.º Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial....	1475
499. Cabimento do rito especial da execução hipotecária	1475
§ 101.º Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário	1478
500. Formação do processo executivo	1478
500.1. Título e inadimplemento na ação executória hipotecária	1478
500.2. Petição inicial da ação executória hipotecária	1481
500.2.1. Competência da execução hipotecária	1482
500.2.2. Pedido. Cumulação de multa e honorários	1483
500.2.3. Citação dos executados	1483
500.2.4. Valor da causa na execução hipotecária	1484
501. Procedimento da ação executória hipotecária	1484
501.1. Penhora	1484
501.2. Depósito	1486
501.3. Avaliação	1486
501.4. Alienação coativa	1487
501.5. Adjudicação	1488
16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL	1491
§ 102.º Noções Gerais.....	1492
502. Realização do crédito da Fazenda Pública	1492
503. Remédios para promover a defesa judicial do devedor	1493
503.1. Embargos do executado	1495

503.2. Mandado de segurança	1496
503.3. Ação declaratória	1497
503.4. Ação anulatória.....	1498
503.5. Ação de restituição.....	1500
503.6. Ação consignatória	1500
504. Efeitos da demanda na esfera administrativa.....	1500
505. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública.....	1501
505.1. Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de embargos	1501
505.2. Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado.....	1504
505.3. Intervenção do Ministério Público	1506
505.4. Despesas processuais da Fazenda Pública.....	1506
505.5. Responsabilidade dos auxiliares do juízo.....	1506
505.6. Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos	1507
505.7. Subsidiariedade da expropriação comum	1507
§ 103.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal.....	1508
506. Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....	1508
507. Título executivo da Fazenda Pública	1508
507.1. Formação do crédito da Fazenda Pública	1508
507.2. Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....	1510
507.3. Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa	1510
507.4. Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....	1513
507.5. Caracteres do título executivo.....	1515
508. Exigibilidade do crédito da Fazenda.....	1517
509. Problemas de competência na execução fiscal	1518
509.1. Modificações da competência	1518
509.2. Competência na execução movida por ente público contra outro ente público	1521
509.3. Reunião das execuções por conveniência da penhora.....	1522
509.4. Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências.....	1525
510. Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal	1529

510.1. Legitimidade ativa na execução fiscal	1529
510.2. Legitimidade passiva na execução fiscal	1530
510.3. Benefício de ordem do responsável.....	1534
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>	<i>1535</i>
§ 104.º Procedimento da Execução	1535
511. Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública	1535
511.1. Endereçamento da petição inicial	1536
511.2. Identificação das partes	1536
511.3. Fatos e fundamentos do pedido.....	1537
511.4. Pedido na execução fiscal.....	1537
511.5. Produção de provas na execução fiscal	1537
511.6. Valor da causa na execução fiscal.....	1539
511.7. Requerimento e modos de citação do executado	1539
511.8. Nomeação de bens na inicial	1542
512. Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição	1543
<i>Subseção II – Controle da petição inicial.....</i>	<i>1547</i>
513. Emendas na petição inicial	1547
514. Indeferimento da petição inicial	1547
515. Deferimento da petição inicial	1548
<i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial</i>	<i>1549</i>
516. Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública.....	1549
<i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação.....</i>	<i>1551</i>
517. Citação do executado e pagamento	1551
518. Pré-penhora na execução fiscal.....	1552
519. Nomeação de bens na execução fiscal	1553
520. Efetivação da garantia da execução.....	1557
520.1. Depósito em dinheiro.....	1557
520.2. Fiança bancária e seguro garantia	1559
520.3. Prova do depósito, da fiança e do seguro	1560

521. Depósito da coisa penhorada na execução fiscal	1561
522. Registro da penhora na execução fiscal.....	1563
523. Modificações da penhora na execução fiscal.....	1565
524. Intimação da penhora na execução fiscal	1567
<i>Subseção V – Fase instrutória da expropriação</i>	1569
525. Avaliação do bem penhorado	1569
525.1. Impugnação da avaliação.....	1570
525.2. Escolha do avaliador e laudo de avaliação	1571
525.3. Apresentação do laudo e decisão do juiz.....	1572
525.4. Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados	1572
526. Alienação antecipada na execução fiscal	1573
527. Arrematação na execução da Fazenda Pública.....	1574
527.1. Natureza e efeitos da arrematação.....	1574
527.2. Modalidade da arrematação	1574
527.3. Requisitos do edital	1575
527.4. Publicidade do edital	1576
527.5. Intimação das partes	1577
527.6. Lugar do leilão	1578
527.7. Arrematação pela Fazenda Pública	1579
527.8. Arrematação em globo	1579
527.9. Despesas de responsabilidade do arrematante	1580
<i>Subseção VI – Fase final da expropriação</i>	1580
528. Remição do bem penhorado e da execução.....	1580
529. Entrega do dinheiro	1582
530. Adjudicação na execução fiscal	1582
530.1. Objeto da adjudicação.....	1583
530.2. Pressupostos da adjudicação	1583
530.3. Forma do requerimento da adjudicação	1585
530.4. Legitimidade para adjudicar	1586
530.5. Saldo da adjudicação	1587
530.6. Auto de adjudicação	1587
530.7. Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação.....	1587
531. Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....	1588

<i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal</i>	1588
532. Recursos cabíveis nas execuções de alçada	1588
532.1. Valor de alçada nos executivos fiscais.....	1589
532.2. Embargos de declaração	1590
532.3. Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias	1590
532.4. Reexame necessário e recurso extraordinário	1591
532.5. Revisor nas apelações.....	1592

Título V – Reação do executado contra a execução

17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	1593
§ 105.º Noções Gerais	1593
533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado	1593
534. Relações entre os meios de reação do executado	1594
§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré-Executividade	1598
535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar ...	1598
536. Cabimento da exceção de pré-executividade	1600
537. Objeto da exceção de pré-executividade	1604
§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade	1610
538. Legitimidade do executado e de terceiros.....	1610
539. Prazo da exceção de pré-executividade	1611
540. Efeitos da apresentação da exceção	1613
541. Obrigatoriedade do contraditório.....	1614
§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção	1614
542. Efeitos do acolhimento da exceção	1614
543. Efeitos da rejeição da exceção.....	1615
18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	1619
SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO	1620
§ 109.º Natureza da Ação de Embargos	1620
544. Natureza jurídica dos embargos do devedor	1620
545. Conceito dos embargos do devedor	1623
§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos	1623
546. Limites da cognição na ação de embargos.....	1623

547. Classificação do objeto da cognição nos embargos	1627
547.1. Embargos de cognição sumária.....	1629
547.2. Embargos de cognição plenária.....	1632
548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....	1632
548.1. Inexequibilidade do título executivo	1632
548.2. Inexigibilidade da obrigação.....	1633
548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1634
548.4. Excesso de execução	1635
548.5. Cumulação indevida de execuções	1638
548.6. Retenção por benfeitorias	1638
548.7. Incompetência absoluta ou relativa	1640
548.8. Defesa processual e defesa de mérito do executado.....	1641
548.9. Solvabilidade.....	1643
548.10. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1643
549. Exceção de impedimento e de suspeição.....	1644
SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	1644
§ 111.º Noções Gerais	1644
550. Pressupostos processuais da relação incidente.....	1644
§ 112.º Imparcialidade	1645
551. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos.....	1645
552. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos	1646
§ 113.º Competência nos Embargos	1647
553. Regra geral de competência nos embargos.....	1647
554. Determinação da competência segundo a natureza do título.....	1649
555. Competência dos embargos na execução por carta.....	1649
§ 114.º Prazo dos Embargos	1652
556. Regras gerais do prazo para propor embargos.....	1652
556.1. Prazo geral e prazos especiais	1653
556.2. Natureza do prazo.....	1653
556.3. Efeito da fluência do prazo	1654
556.4. Suspensão do prazo	1655

556.5. Contagem, dobra e termo final do prazo	1656
556.6. Fluência durante as férias	1658
557. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....	1658
558. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação	1660
558.1. Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	1661
558.2. Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação	1661
558.3. Prazo na execução fiscal	1661
558.4. Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial ...	1664
559. Prazo dos embargos no desapossamento	1665
560. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial.....	1665
561. Prazo dos embargos no desconto em folha.....	1665
§ 115.º Legitimidade	1665
562. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor	1665
563. Legitimidade ativa nos embargos à execução	1667
563.1. Legitimidade dos responsáveis.....	1667
563.2. Legitimidade do cônjuge ou companheiro	1669
563.3. Legitimidade do curador especial e do Ministério Público....	1670
563.4. Legitimidade condicionada à segurança do juízo	1671
564. Legitimidade passiva nos embargos à execução	1671
§ 116.º Segurança do Juízo	1673
565. Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo	1673
566. Exame do pressuposto da segurança do juízo	1674
567. Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros.....	1676
SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO	1676
§ 117.º Petição Inicial dos Embargos	1676
568. Requisitos da petição inicial dos embargos	1676
568.1. Causa de pedir nos embargos	1678
568.2. Pedido nos embargos	1680
568.3. Valor da causa nos embargos	1681
568.4. Indicação das provas nos embargos	1682

568.5. Chamamento do embargado	1683
568.6. Regime fiscal dos embargos	1684
569. Efeitos da propositura dos embargos à execução.....	1684
569.1. Prevenção e embargos.....	1684
569.2. Litispendência	1685
569.3. Litigiosidade do direito.....	1685
569.4. Prescrição e mora.....	1685
569.5. Suspensão do processo executivo	1685
569.5.1. Embargos suspensivos e não suspensivos	1685
569.5.2. Requisitos do efeito suspensivo dos embargos.....	1687
569.5.3. Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos.....	1687
569.5.4. Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos	1688
569.5.5. Efeitos da suspensão da execução	1689
570. Rito dos embargos	1689
§ 118.º Controle da Petição Inicial	1690
571. Emendas da petição inicial dos embargos.....	1690
572. Indeferimento liminar dos embargos	1691
572.1. Casos de indeferimento liminar dos embargos	1692
572.1.1. Embargos ineptos	1692
572.1.2. Embargos intempestivos.....	1693
572.1.3. Embargos improcedentes	1693
572.1.4. Embargos protelatórios.....	1694
572.2. Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso	1694
573. Deferimento inicial dos embargos	1695
§ 119.º Resposta do Embargado	1696
574. Resposta do embargado no sistema da lei processual	1696
575. Audiência de mediação e de conciliação	1698
576. Impugnação do embargado.....	1698
577. Exceções do embargado.....	1701
578. Reconvenção do embargado	1701

§ 120.º Revelia do Embargado	1703
579. Efeitos da revelia do embargado.....	1703
§ 121.º Intervenção de Terceiros	1705
580. Modalidades de intervenção de terceiros	1705
581. Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos	1706
581.1. Assistência à parte ou ao órgão judiciário	1706
581.2. Chamamento ao processo	1707
581.3. Chamamento em garantia	1708
581.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	1709
581.5. Oposição	1709
581.6. Correção da legitimidade passiva	1710
§ 122.º Julgamento dos Embargos	1710
582. Extinção dos embargos sem resolução do mérito	1710
583. Extinção dos embargos com resolução do mérito.....	1713
584. Honorários de advogado nos embargos	1715
SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS	1716
§ 123.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos	1716
585. Natureza da sentença dos embargos.....	1716
586. Eficácia de coisa julgada nos embargos	1717
§ 124.º Efeitos do Julgamento dos Embargos	1719
587. Efeitos no caso de procedência.....	1719
587.1. Declaração de inexecutibilidade do título e da inexistência crédito	1720
587.2. Redução da obrigação	1720
587.3. Desfazimento dos atos executivos.....	1721
587.4. Reconhecimento da responsabilidade do credor	1721
587.5. Substituição do título	1721
587.6. Averbação no registro da dívida ativa	1721
587.7. Extinção da execução	1721
588. Efeitos no caso de improcedência	1722
588.1. Desembaraço do processo executivo	1723
588.2. Definitividade da execução na pendência da apelação	1723
588.3. Condenação do embargante por dolo processual.....	1724

19. IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO	1725
§ 125.º Natureza da Impugnação do Executado	1725
589. Natureza da impugnação do executado.....	1725
590. Conceito da impugnação do executado.....	1730
§ 126.º Fundamentos da Impugnação do Executado.....	1730
591. Caráter sumário da cognição	1730
592. Casos explícitos de impugnação.....	1732
592.1. Falta ou nulidade da citação.....	1732
592.2. Ilegitimidade das partes	1735
592.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1736
592.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1737
592.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções..	1738
592.6. Incompetência absoluta ou relativa	1739
592.7. Exceções e objeções substanciais supervenientes à sen- tença.....	1739
592.8. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1742
592.8.1. Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada	1743
592.8.2. Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial	1752
592.8.2.1. Origem da regra	1752
592.8.2.2. Ineficácia do título	1753
592.8.2.3. Superveniência da inconstitucionalidade...	1754
592.8.2.4. Constitucionalidade da regra.....	1755
592.8.2.5. Vantagens e desvantagens da regra	1756
592.8.2.6. Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório	1756
592.8.2.7. Origem do juízo de inconstitucionalidade...	1757
592.8.2.8. Remédios admissíveis	1759
592.8.2.9. Aplicação retroativa da regra.....	1759
592.8.2.10. Efeitos do julgamento da impugnação...	1759
593. Casos implícitos de impugnação.....	1760
§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental ...	1761
594. Generalidades.....	1761

595. Prazo da impugnação	1761
595.1. Natureza do prazo da impugnação	1762
595.2. Efeitos da fluência do prazo da impugnação	1762
595.3. Suspensão do prazo da impugnação	1763
595.4. Dobra do prazo de impugnação.....	1763
595.5. Termos inicial e final do prazo de impugnação.....	1763
596. Competência da impugnação	1764
597. Legitimidade ativa e passiva na impugnação	1764
598. Controle da imparcialidade na impugnação	1765
§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental	1765
599. Requisitos da petição inicial da impugnação	1765
600. Controle da inicial da impugnação	1767
601. Indeferimento liminar da impugnação	1767
602. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspen- sivo.....	1768
603. Prosseguimento da execução mediante caução.....	1770
604. Recurso cabível das resoluções do juiz.....	1770
605. Efeitos do recebimento da impugnação	1771
606. Chamamento do impugnado	1771
607. Atitudes do impugnado.....	1772
608. Procedimento da impugnação	1773
609. Julgamento da impugnação e recursos próprios.....	1773
§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado	1773
610. Efeitos no caso de procedência.....	1773
611. Efeitos no caso de improcedência	1774

Título VI – Reação dos terceiros contra a execução

20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	1777
§ 130.º Noções Gerais.....	1777
612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro	1777
613. Modalidade de intervenção de terceiros.....	1781

§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro ...	1781
614. Competência nos embargos de terceiro	1781
615. Legitimidade nos embargos de terceiro	1785
615.1. Legitimidade ativa	1785
615.1.1. Noção de terceiro	1786
615.1.2. Domínio e posse do terceiro.....	1787
615.1.3. Embargos do compromissário.....	1788
615.1.4. Embargos do cônjuge ou do companheiro	1789
615.1.5. Embargos do herdeiro	1791
615.1.6. Embargos do adquirente do bem alienado em fraude contra a execução	1792
615.1.7. Embargos em desconsideração da personalidade jurídica.....	1792
615.1.8. Embargos do credor real.....	1792
615.1.9. Fungibilidade dos embargos.....	1793
615.2. Legitimidade passiva	1794
616. Integração da capacidade processual	1797
617. Prazo dos embargos de terceiro	1798
618. Objeto dos embargos de terceiro	1802
619. Valor da causa nos embargos de terceiro	1804
§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro	1805
620. Instauração e desenvolvimento dos embargos	1805
620.1. Petição inicial e liminar	1805
620.1.1. Requisitos da liminar	1805
620.1.2. Caução.....	1806
620.2. Rejeição liminar dos embargos.....	1807
620.3. Citação do embargado	1808
620.4. Efeitos da propositura dos embargos	1808
620.5. Mérito dos embargos e limites à cognição judicial	1809
620.5.1. Embargos do possuidor.....	1811
620.5.2. Embargos do titular de direito real	1812
620.5.3. Sumariedade da cognição	1813
620.6. Reação do embargado	1814

620.6.1. Revelia	1814
620.6.2. Meios de reação.....	1814
620.6.3. Limites da contestação e o ônus da prova	1815
620.6.4. Indicação de provas	1817
620.7. Rito dos embargos	1818
620.8. Sucumbência nos embargos de terceiro	1818
621. Natureza da sentença dos embargos.....	1820
§ 133.º Efeitos dos Embargos de Terceiro	1821
622. Efeitos no caso de procedência.....	1821
623. Efeitos no caso de improcedência.....	1821
Bibliografia.....	1823
Outras obras do autor	1923
Índice alfabético-remissivo.....	1925
Índice legislativo.....	1975
Índice onomástico.....	2021